



O CARÁTER PERFORMATIVO DAS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS

Leonardo Crochik¹
Ana Paula Corti²

Resumo

O trabalho aborda as ocupações estudantis recentes no Brasil a partir da noção de performatividade. Entre 2015 e 2016 ondas de ocupações se alastraram pelo país, primeiro como mobilização contra políticas estaduais e, depois, como protesto em relação à políticas nacionais, tais como a Reforma do Ensino Médio e a Emenda Constitucional do congelamento dos gastos sociais. Para além de suas reivindicações políticas mais imediatas, as ocupações foram o palco da emergência de novos sujeitos políticos coletivos e de novas formas de relação, dentro e fora da escola, contrastando com os regimes de verdade construídos sobre os estudantes e que buscam normatizá-los, cada vez mais, a partir de uma racionalidade administrativa, técnica e numérica.

Palavras-chave: Ocupações. Movimento estudantil. Performatividade.

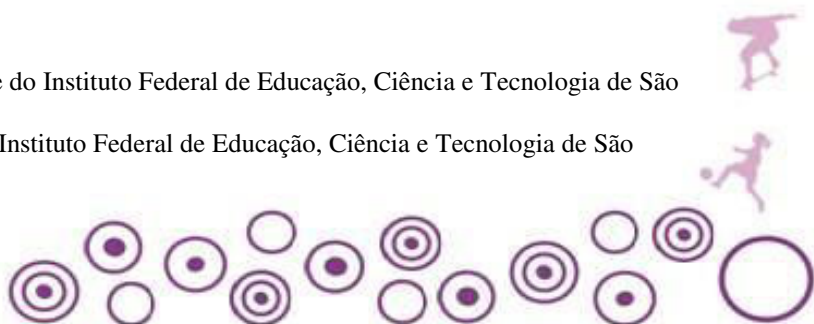
Este trabalho pretende esboçar, brevemente, uma leitura dos movimentos recentes de ocupação de escolas destacando sua dimensão performativa, enfocando com isso como a própria presença e exposição corporal dos estudantes naquelas situações abriu espaço para a emergência de novos sujeitos políticos coletivos.

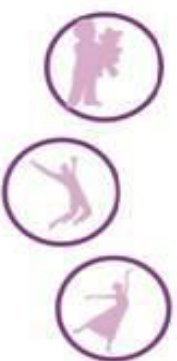
A noção de performance tem apresentado um espectro de sentidos cada vez mais amplo e relevante, estando presente em áreas tão variadas como as artes cênicas e visuais, a antropologia, a filosofia da linguagem e os estudos de gênero. Dos múltiplos sentidos com que é invocada, talvez um elemento comum seja o questionamento da dualidade entre representação e acontecimento.

Nesse sentido, o livro *How to do things with words*, de John Austin (1962) tem um papel inaugural ao abordar “enunciados performativos”, em alusão à sua capacidade de produzir acontecimentos, ao invés de simplesmente representá-los. Um juiz, ao declarar duas pessoas “marido e mulher” ou o presidente de um país, ao declarar guerra a outro, não estão representando simbolicamente um acontecimento do mundo, mas produzindo, através de suas

¹ Doutor em Ensino de Ciências (Física), Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), crochik@gmail.com

² Socióloga e Doutora em Educação, Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), anapaulacorti@gmail.com





palavras, o próprio acontecimento. Também, como Judith Butler desenvolveu amplamente (1993), um médico, ao declarar um recém nascido “menino”, não está simplesmente representando uma realidade, mas produzindo um acontecimento e reproduzindo uma identidade. Por meio da reiteração de discursos e práticas, estabelece-se um bio-poder que não é simplesmente repressor, mas também indutor e promotor de maneiras de ser. Como afirma Butler “não se trata somente de que a linguagem atua, mas sim de que o faz com muita força” (BUTLER, 2017, p. 35).

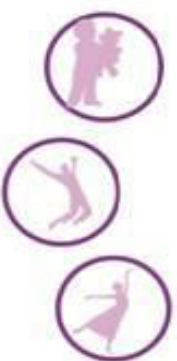
Se, ao discutir o caráter performativo da linguagem, descobrimos em um universo (em princípio) simbólico e representacional, um espaço de acontecimentos e de ação, podemos, em sentido contrário, pensar o caráter performativo de certos acontecimentos ao reconhecer neles um espaço de representação e, nesse sentido, uma espécie de teatralidade. Richard Schechner (2002), com o campo dos *estudos da performance*, é uma referência importante ao procurar compreender acontecimentos tão díspares como apresentações teatrais, rituais, manifestações religiosas, manifestações políticas, jogos, a partir das noções de performance e performatividade. O conceito de “comportamento restaurado”, discutido por ele, permite pensar como gestos cotidianos espontâneos inserem-se em uma rede de citações e repetições, de maneira que nunca realizamos uma ação de fato pela primeira vez, mas “sempre pela segunda até a enésima vez” (SCHECHNER, 2002, p. 36).

A performatividade, entretanto, não envolve apenas os processos de repetição e reprodução, mas também a maneira como formas não previstas de atuação podem vir à tona e *representar*, pela sua simples *aparição*, um questionamento e uma ameaça a certa estrutura estratificada de relações.

Se, por um lado, a noção de performance nos permite focalizar as reiterações que caracterizam nossa vida aparentemente única e original, por outro, nos chama a atenção justamente para o caráter irrepitível, transitório e, por isso, irreprodutível dos acontecimentos. A repetição implica uma transformação e a transformação advém de um longo processo de repetições, de maneira que essas duas noções se complementam. Nesse sentido, o olhar para o caráter performativo dos acontecimentos e representações envolve não tanto a preocupação com relação aos supostos resultados estáticos e permanentes que eles produziriam, mas sim à experiência do próprio processo, em sua impermanência.

São múltiplas as perspectivas segundo as quais se pode pensar as relações entre performance e educação e trabalhos recentes no Brasil exploraram uma série delas (ICLE, 2010; ICLE; PEREIRA; BONATTO, 2017). Do ponto de vista do que aqui pretendemos discutir, gostaríamos de enfatizar dois aspectos. O primeiro diz respeito à problematização do





conjunto de discursos, práticas e rituais que, em sua reiteração, operam de forma a produzir “corpos escolarizados”, que, além de reproduzir as relações sociais de discriminação e injustiça características de nossa sociedade, possuem também suas características peculiares, dentre as quais destacamos, tal como o faz Pineau (2002), a própria exclusão e anulação do corpo e de suas relações, para o desenvolvimento de um pensamento e aprendizagem puramente “mental” e “individual”.

Um segundo aspecto diz respeito ao olhar para os acontecimentos que ocorrem na escola e seu potencial disruptivo. Ao invés da preocupação com a dimensão reprodutiva, associada à avaliação dos resultados de aprendizagem, desenvolvemos o interesse pelos processos, em sua impermanência, enfocando as experiências subjetivas que vão se constituindo e a emergência de novas possibilidades de compreensão e de relação com o conhecimento, com os outros e com o mundo. Podemos falar, nesse sentido, de metodologias performativas de aprendizagem, que se desenvolvem como em um processo de ensaio colaborativo (PINEAU, 2010).

Questionando toda uma série de rituais que caracterizam a constituição dos corpos escolarizados, as experiências recentes de ocupação de escolas, para além de suas reivindicações políticas mais imediatas, constituíram um palco para a emergência de novos sujeitos políticos coletivos e de novas formas de relação, dentro e fora da escola. É nesse sentido que nos propomos a estudar o caráter performativo desses movimentos.

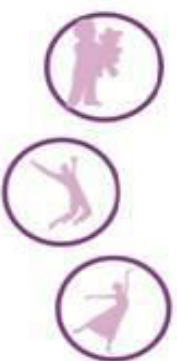
As ocupações como performance

A “Primavera Secundarista”, como tem sido chamado o movimento de ocupações de escolas que se espalhou pelo Brasil em 2015 e 2016, traz consigo um conjunto de características convergentes e comuns, mas também peculiaridades que conformam um fenômeno multifacetado.

Grosso (2017b) menciona a existência de duas ondas de ocupações estudantis no Brasil: a primeira, entre o final de 2015 a início de 2016, nos estados de São Paulo, Goiás e Ceará, motivada pela crítica a políticas estaduais de educação; e a segunda, iniciada no Paraná, mas que se espalhou por 19 estados da federação, que surgiu em protesto a iniciativas do governo federal tal como a Medida Provisória da Reforma do Ensino Médio (MP 746/16) e a Proposta de Emenda Constitucional de congelamento dos gastos públicos em direitos sociais por um período de 20 anos (PEC 55/16).

A primeira onda foi desencadeada em outubro de 2015, no estado de São Paulo, como ação contrária ao anúncio da reorganização escolar pelo governo, e alcançou mais de 200





prédios escolares ocupados. Em Goiás, em dezembro de 2015, as ocupações protestaram contra a militarização das escolas e o processo de privatização representado pela transferência da gestão das unidades para organizações sociais (OS's). Em 2016, houve mais ocupações em São Paulo e Ceará, envolvendo reivindicações de merenda escolar e infra-estrutura. A partir de maio de 2016 o estado do Rio Grande do Sul contabilizou cerca de 150 escolas ocupadas (COSTA; SANTOS, 2017), posicionando-se contra projetos de privatização discutidos na Assembleia Legislativa do estado, contra o Projeto Escola Sem Partido, e reivindicando regularização do repasse de recursos do estado às unidades escolares (ibid.).

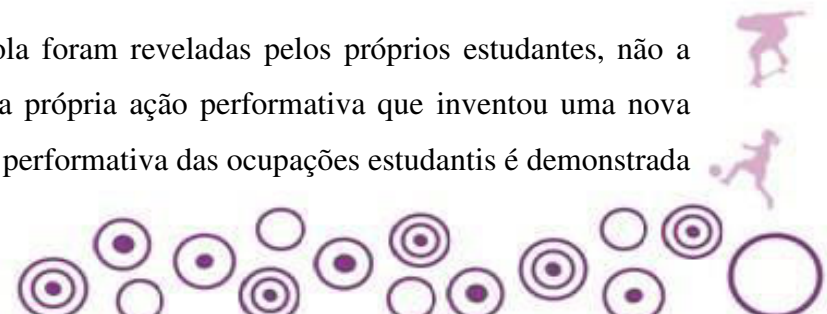
A segunda onda de ocupações estudantis teve início em outubro de 2016 no estado do Paraná, envolvendo mais de 800 escolas. Desta vez a pauta nacional amplificou o alcance do movimento, que teve a adesão de outros 19 estados, e de instituições de ensino superior (GROPPO, 2017b).

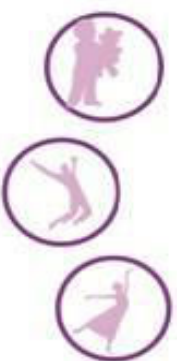
Um conjunto de trabalhos vêm analisando os vários contextos estaduais das ocupações (CAMPOS, *et al.*, 2016; COSTA; SANTOS, 2017; SILVA; SILVA, 2017; SANTOS; SEGURADO, 2016; CORTI *et al.* 2016; CATTINI; MELLO, 2016; LEITE, 2017; SEVERO; SEGUNDO, 2017; GROppo *et al.* 2017a; SILVA; MELO, 2017), e buscando interpretá-las na interface com diversos temas e ângulos teóricos (ASPIS, 2017; LEITE, 2017; LARCHERT, 2017; ALVIM; RODRIGUES, 2017).

Em que pese a multiplicidade envolvida no fenômeno, é possível destacar algumas características convergentes nas ocupações: nelas os estudantes expuseram suas demandas formativas e curriculares, pautando temas como gênero, racismo, sexualidade, direitos humanos e política, e demandas de formatos e metodologias mais ativas, como as oficinas, vivências, performances, debates e shows.

Estas demandas vinham sendo documentadas por um conjunto de pesquisas nas últimas duas décadas, que envolviam a escuta aos estudantes e que apontavam o desencontro entre os anseios e perspectivas juvenis e o modelo de escolarização oficial (SPOSITO, 2005, 2008; DAYRELL, 2009; CORTI; SOUZA, 2004). Embora apontem a escola como um espaço de referência fundamental nas suas vidas, na medida em que possibilita a relação com os professores e o encontro com seus pares tecendo relações de amizade e de pertencimento, os jovens fazem críticas ao modelo de ensino, considerando as aulas “chatas”, “desinteressantes” e “sem sentido”.

Mas desta vez as críticas à escola foram reveladas pelos próprios estudantes, não a partir de um documento escrito, mas da própria ação performativa que inventou uma nova existência dentro da escola. A dimensão performativa das ocupações estudantis é demonstrada





pela importância política que o próprio ato de ocupação das escolas adquire, antes mesmo de qualquer formulação verbal de reivindicações. Ao fazê-lo, os estudantes não apenas criaram uma nova existência para si, contrastante com o “regime de verdade” (FOUCAULT, 1999) que a sociedade produz sobre alunos de escolas públicas, como constituíram, através de sua ação, novas possibilidades de relação com o conhecimento, o espaço escolar, os colegas, o mundo adulto e a cidade. Na afirmação de uma outra escola possível é que a escola atual desnudou-se.

Os estudantes deixaram de ser, ainda que provisoriamente, um sujeito abstrato e universal e uma categoria administrativa e escolar para ocupar a posição de sujeito com voz e corpo próprios. Nos discursos de poder, estes estudantes aparecem como culpados ou como vítimas: culpados pelos comportamentos indisciplinados, violentos ou simplesmente apáticos e desinteressados no interior da escola ou vítimas passivas de um sistema de ensino precarizado que os mantém mergulhados na ignorância, na exclusão social e na impotência.

As ocupações fraturaram estes discursos porque conseguiram construir uma outra existência corporificada e visível. De forma análoga ao que Butler atribui à performatividade de gênero, os estudantes exploraram a possibilidade de romper as normas em ato, encontrando um modo de existir que pôde suspendê-las, ainda que provisoriamente (BUTLER, 2017).

Para além da conquista ou derrota de suas reivindicações objetivas, os atos performativos dos secundaristas produziram transformações ao tensionar, através da potência de sua aparição e existência corporal, uma estrutura que pretende, cada vez mais, enxergá-los da perspectiva de uma racionalidade puramente administrativa, técnica e numérica.

Referências

ALVIM, D. M.; RODRIGUES, A. Coletivos, ocupações e protestos secundaristas: a Fênix, o Leão e a Criança. *In: ETD- Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, p. 75-95, jan./mar. 2017.

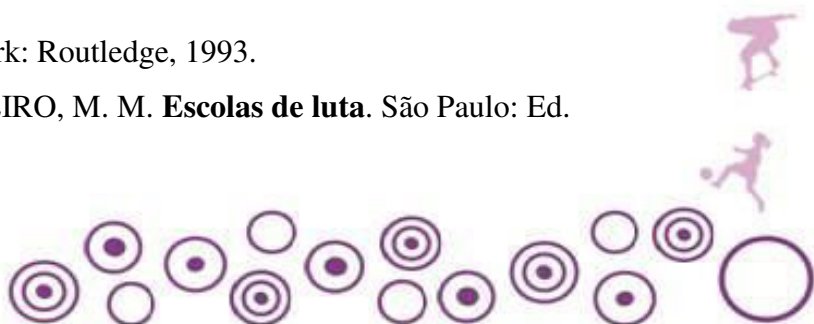
ASPIS, R. L. Minorias e territórios: ocupações. *In: ETD- Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, p. 63-74, jan./mar. 2017.

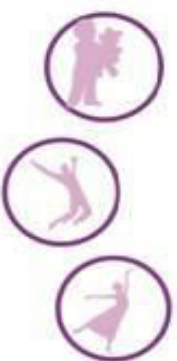
AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford University Press, 1962.

BUTLER, J. **Cuerpos aliados y lucha política. Hacia una teoría performativa de la asamblea**. Espanha: Paidós, 2017.

_____. **Bodies that matter**. New York: Routledge, 1993.

CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. **Escolas de luta**. São Paulo: Ed. Baderna, 2016.





CATINI, C.; MELO, G. M. de C. Escolas de luta, educação política. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 37, n. 137, out./dez. 2016.

CORTI, A. P.; CORROCHANO, M. C.; ALVES, J. Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, out./dez. 2016.

CORTI, A. P.; SOUZA, R. **Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

COSTA, L. B. da; SANTOS, M. M. dos. Espaços virtuais moventes das escolas ocupadas de Porto Alegre: o apoio mútuo como base da inteligência coletiva. **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, p. 49-72, jan./mar. 2017.

DAYRELL, J. et al. Juventude e Escola. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999/2006)**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

GROPPO *et. al.*. Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. In: **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, p. 141-164, jan./mar. 2017a.

GROPPO, L. A. Ação coletiva e formação política: os coletivos juvenis e a ocupação de uma universidade no sul de Minas Gerais. In: **Reunião Anual da Anped**, 38., 2017. São Luís-MA, 01 a 05 de outubro de 2017b.

ICLE, G.; PEREIRA, M. A.; BONATTO, M. T. (Ed). Dossiê Performance e Escola. **Cadernos CEDES**, v. 37, n. 101, 2017.

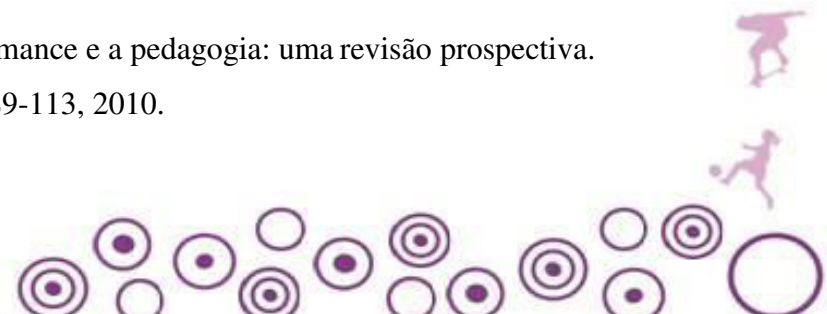
ICLE, Gilberto (Ed.). Performance, performatividade e Educação. **Educação & Realidade**, v. 35, 2, 2010.

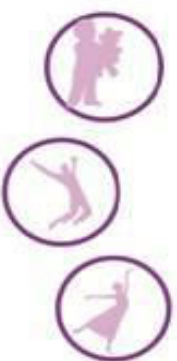
LARCHERT, J. M. Cala a boca menino! O menino não cala, resiste. **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, p. 1-22, jan./mar. 2017.

LEITE, M. S. No “colégio dos alunos, por alunos, para alunos”: feminismo e desconstrução em narrativas das ocupações. **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, p. 23-47, jan./mar. 2017.

PINEAU, Elyse Lamm. Critical Performative Pedagogy: Fleshing Out the Politics of Liberatory Education. In: Stucky, N.; Wimmer, C. **Teaching Performance Studies**. Southern Illinois University, 2002.

_____. Nos cruzamentos entre a performance e a pedagogia: uma revisão prospectiva. **Educação & Realidade**, v. 35, n. 2, p. 89-113, 2010.





SANTOS, M. B. P.; SEGURADO, R. Ocupação dos espaços públicos e a produção do comum: a ação política dos estudantes secundaristas nas escolas públicas de São Paulo. In: **Reunião Anual da Anpocs**, 40., Caxambu, 2016.

SCHECHNER, Richard. **Performance Studies**: An introduction. London: Routledge, 2002.

SEVERO, R. G.; SEGUNDO, M. A. C. S. #Ocupatadores – socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no rio grande do sul. **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, p. 73-98, jan./mar. 2017.

SILVA, A. V. M.; MELO, K. S. de. #Ocupaiserj1: estratégias comunicacionais do movimento de ocupação do instituto superior de educação do rio de janeiro. **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, p. 119-140, jan./mar. 2017.

SILVA, B. V. G. da; SILVA, E. C. H. da. “Uma pá de ocupação”: Ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 50, p. 228-244, jul./set. 2017.

SPOSITO, M. Indagações sobre juventude e escola no Brasil. **Jovenes Revista de Estudios sobre Juventud**, México, v. 22, p. 246-297, 2005.

SPOSITO, M. Juventude e educação: interações entre educação escolar e a educação não-formal. **Educação & Realidade**, v. 33, p. 83-97, 2008.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

